

Comportamentos (des)adaptados: causa ou efeito da deficiência mental?

Maria Isabel Santo de Miranda Cunha

Camila Maria Ferreira Costa

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti e E.B. 2, 3 de Lordelo

isabelcunha@esepf.pt · camilafcosta@hotmail.com

Palavras-chave: Deficiência Mental, Comportamentos Desadaptados, Enviesamentos Cognitivos, Competências Sócio-afectivos, Intervenção Educativa

Resumo

As mudanças operadas, ao nível das concepções sobre a deficiência mental, conduziram a uma perspectiva multidimensional, donde o contributo mais significativo, preconizado pelas várias instituições especializadas, se centra no sentido de conferir uma maior relevância ao comportamento adaptativo. Assim, a classificação do atraso mental não assenta somente na valorização do QI, mas consubstancia-se, na funcionalidade do indivíduo perante as exigências ambientais.

As limitações existentes no funcionamento de uma criança com deficiência mental acarretam dificuldades na adequação comportamental em contexto social. Deste modo e, visando uma melhoria na sua inclusão social, importa proceder ao estudo dessas limitações, nomeadamente, ao nível cognitivo, pessoal e social, por se considerar que, a adopção de um determinado comportamento, resulta de processos inerentes a estas dimensões.

Constatando-se certos défices nestes domínios e, compreendendo a sua natureza, preconizamos uma intervenção ao nível preventivo, com a finalidade de proporcionar competências de modo a promover a aquisição e/ou execução de skills sócio-afectivos e, de remediação, no sentido da eliminação do comportamento desadaptado, tornando possível a inserção social do indivíduo com deficiência mental.

Acredita-se, assim, na possibilidade da educação da criança com deficiência mental, através da adequação de apoios. Esta nova postura, preconizada pelas mais recentes concepções, conduzirá a uma nova visão e respectiva

operacionalização. Deste modo, a criança, portadora de deficiência mental, estará em condições de ser incluída de forma plena no seu contexto social envolvente, tornando-a num ser válido e indispensável para a evolução do pensamento e das atitudes da própria sociedade.

Introdução

A deficiência mental, enquanto problemática, tem sido perspectivada não só através de uma dimensão biológica, mas essencialmente comportamental e social. De facto, as mudanças, operadas ao nível das sucessivas conceptualizações, efectuaram-se sempre no momento em que a própria sociedade procurou promover uma integração social da pessoa com deficiência mental. Assim, os preconceitos e as atitudes de ridicularização e de desprezo deram lugar a uma situação de aceitação social, tornando as pessoas, com este tipo de deficiência, membros válidos da sociedade.

Apesar desta significativa evolução, a plena aceitação ainda se encontra longe de ser alcançada. Pois, a adopção de comportamentos desadaptados por parte de indivíduos com atraso mental reduz tal esforço, conduzindo a uma certa exclusão social.

No entanto, poder-se-á fazer algo para tornar exequível uma maior inclusão da pessoa com deficiência mental, no contexto social envolvente. Para isso, é imprescindível proceder a novos saberes relativos a esta problemática, nomeadamente o conhecimento das limitações existentes na funcionalidade dessa pessoa ou criança e a sua relação com a manifestação de comportamentos desadaptados, perante as exigências sociais.

Deste modo, constitui-se como objecto de estudo as implicações da deficiência mental no funcionamento do indivíduo, portador de atraso mental, para que este possa ser perspectivado de uma outra forma, proporcio-

nando, por sua vez, a obtenção de uma nova visão sobre a mesma.

Inserido numa abordagem educativa, este artigo tem como enfoque principal as crianças com deficiência mental, pois acredita-se que a «educação é tida hoje como um valor inquestionável» (Vieira, 2003: 20), contribuindo para a modificação de certas posturas. Daí que a intervenção educativa se constitua como um meio adequado na promoção das capacidades globais deste tipo de crianças. Paralelamente, pretende-se que este mesmo artigo possa, de alguma forma, contribuir para uma mudança de atitudes da própria sociedade. Pois, ao tomar conhecimento dos motivos inerentes à manifestação de um determinado comportamento social pela pessoa com deficiência mental, permite uma melhor aceitação da mesma, contribuindo para a sua integração na sociedade.

Sendo assim, dever-se-á referir a íntima ligação entre o atraso mental e a adopção de comportamentos desadaptados pela criança com deficiência mental. Neste sentido, ter-se-á em mente a abordagem geral à problemática da deficiência mental, tendo em consideração as definições mais recentes e suas classificações, preconizadas pela Organização Mundial de Saúde, pela Associação Americana para a Deficiência Mental e pela Associação Psiquiátrica Americana, uma vez que, actualmente, entende-se a deficiência mental numa perspectiva multidimensional. Pois, ao incluir o comportamento adaptativo como elemento preponderante para a sua definição, cessa de conferir relevância apenas ao défice cognitivo, passando valorizar outros domínios, nomeadamente as competências pessoais e sociais. Na verdade, a introdução do conceito «comportamento adaptativo» permitiu a mudança de paradigma (Verdugo, 2001), na medida em que trouxe consigo novas variáveis no momento da identificação da deficiência mental, nomeadamente a capacidade de funcionamento do indivíduo face às exigências ambientais.

Assim, esta nova dimensão implica perspectivar o comportamento desadaptado como um conflito capaz de ser resolvido mediante a capacidade de negociação do indivíduo. Deste modo, tendo em linha de pensamento a deficiência mental, verificar-se-á que a resolução desse conflito não depende exclusivamente da sua capacidade cognitiva, mas fundamentalmente das suas competências sócio-afectivas.

Deste modo, analisar-se-á o desenvolvimento cognitivo, pessoal e social e seus défices, constituindo-se estes como elementos manipuladores da adopção de comportamentos desajustados. Assim, analisar-se-á os enviesamentos cognitivos e certas características individuais ao nível do domínio afectivo e social. Posteriormente, face ao quadro teórico apresentado, verificar-se-á a pertinência da intervenção, nas áreas da prevenção e da remediação. De facto, a nova concepção sobre a deficiência mental aposta na adequação de apoios, como meio de promoção das áreas fortes da criança e a revitalização das suas áreas fracas. Em última estância a intervenção tem como finalidade conceder à criança as condições necessárias para que esta consiga responder às exigências ambientais, integrando-se no meio ecológico de forma adequada.

A deficiência mental e o comportamento (des)adaptado

Tal como foi anteriormente referido, a problemática relativa à deficiência mental foi sendo teorizada através de sucessivas conceptualizações e abordagens, passando-se do modelo médico-diagnóstico que assentava apenas na valorização do QI, enquanto elemento preponderante para a identificação da deficiência mental, subestimando as potencialidades do indivíduo, para um modelo multidimensional, tendo como princípio básico

a possibilidade da educação da criança com deficiência mental.

Tendo em consideração as actuais concepções, poder-se-á afirmar que estas implicam uma abordagem menos estigmatizante, mais progressista e globalizante, no que concerne à definição de deficiência mental, pois a sua identificação pressupõe não só critérios cognitivos, mas também educativos, afectivos e sócio-culturais.

Assim, a deficiência mental ocorre quando se constata défice no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo (limitações na independência pessoal e responsabilidade social). Daí a importância de uma intervenção adequada com vista à superação dessas limitações e à potencialização das áreas referentes às competências adaptativas. Deste modo, tais concepções conduzem a uma nova postura sobre a deficiência mental, estabelecendo um maior enfoque no carácter interactivo do comportamento da pessoa com deficiência mental e o seu meio envolvente, através de uma perspectiva multidimensional e ecológica. Sendo assim, segundo Verdugo (2001), os elementos chave referentes à deficiência mental reportam-se às competências, contextos e funcionamento. Só assim, será possível classificar e avaliar a deficiência mental enquanto problemática.

Esta crescente mudança, tendo em linha de pensamento o comportamento adaptativo, surge a partir dos anos 30. Assim, as definições de atraso mental e de inteligência implicam uma abordagem não só à teoria psicométrica, mas, fundamentalmente, à teoria adaptativa.

O comportamento adaptativo define-se como o constructo desenvolvimental que descreve os modos como um indivíduo normalmente responde às exigências ambientais face a várias situações (Hatton, 2003), desempenhando um papel preponderante na integração e vivência quotidiana de todos os indivíduos. Deste modo, a tendência actual estabelece uma relação entre o comportamento adaptativo, as competências sociais e o

envolvimento. O comportamento adaptativo é a dimensão desenvolvimental e social que descreve os modos funcionais como um indivíduo normalmente responde às exigências ambientais face a várias situações (Hatton, et al., 2003). Aquele não diz respeito unicamente aos comportamentos adaptados pelo indivíduo (actividades da vida diária, motricidade, comunicação e socialização), mas fundamentalmente às características do meio, pelas relações interpessoais e pelos diferentes papéis assumidos no processo de desenvolvimento humano (McConhacie, 1995, cit. Santos, 2002).

Neste sentido, conforme Santos (2002), a conceptualização referente ao comportamento adaptativo «deu início a todo um processo inovador de perspectivar o indivíduo no seio do seu contexto ecológico, enfatizando a relação entre as capacidades intelectuais e adaptativas e o tipo de apoio requeridos para a sua potencialização» (Santos, 2002: 17).

Quando se toma em consideração a criança com deficiência mental, constata-se que défices no comportamento adaptativo conduzem à diminuição da qualidade do seu funcionamento perante as exigências ambientais, implicando, por sua vez, comportamentos desajustados. Tal situação é motivada por variáveis pessoais e sociais, nomeadamente, ao nível cognitivo, afectivo e social.

Na opinião de Verdugo (2001), «as dificuldades adaptativas nos alunos ou nas pessoas adultas com atraso mental provêm de limitações na sua inteligência social e prática, e são parte da própria definição de atraso mental» (Verdugo, 2001:33). Este, por sua vez, caracteriza-se por um atraso generalizado no desenvolvimento e na aprendizagem, o que se traduz em restrições de desempenho por parte da pessoa com deficiência mental. Para Verdugo (2001), «inteligência social» pressupõe a capacidade «para compreender as expectativas sociais e o comportamento dos outros, assim como para julgar adequadamente a forma de se comportar em situações sociais» (Verdugo, 2001: 34).

Neste sentido, segundo o mesmo autor (2001), no caso de pessoas com atraso mental, constata-se que estas demonstram dificuldades de compreensão do comportamento social, nomeadamente na descodificação de sinais e de certos comportamentos por parte de outras pessoas. Para além disso, evidenciam dificuldades em colocar-se no papel do outro e de compreender as suas motivações. De igual modo, mostram uma limitação evidente para comunicar os seus próprios pensamentos e sentimentos. Paralelamente, Nihira (1993, cit. Duvdevany, 2002) argumenta que tal situação impede a capacidade dessa pessoa em responder às exigências sociais.

Sendo assim, com vista a um melhor conhecimento da razão da existência de um determinado comportamento desajustado, é essencial proceder à análise das capacidades cognitivas e das competências pessoais e sociais enquanto elementos que pautam a capacidade de negociação da criança com deficiência mental na resolução ou não do comportamento desajustado/conflito. Pois, com vista à resolução de um comportamento desajustado, sendo este encarado como um conflito, é necessário prevê-lo, reconhecer as suas características e abordar os problemas dos quais aquele é um sintoma. Neste sentido, estabelecendo uma relação entre comportamento desajustado e conflito, este último é entendido como um processo específico de interacção social entre pares com valores mutuamente exclusivos ou incompatíveis (Mack e Snyder, 1957, cit. Cunha, 2001), acarretando, inevitavelmente, comportamentos sociais desadequados; nomeadamente estereotípias, auto-agressões, agressões, comportamento social inadequado, perturbações físicas de regulação e distúrbios emocionais específicos (Verdugo, 2001), resultando numa interacção social desadequada, motivada por interesses e valores antagónicos e conduzindo a obstáculos em ambientes de aprendizagem, trabalho e convivências adequadas.

Por outro lado, é vital encontrar a solução adequada com vista à eliminação desse mesmo comportamento, o que implica também ter em consideração o papel da negociação na solução do problema. Pois, ela é encarada, cada vez em maior medida, como uma forma óptima de prática social, uma vez que toda a sociedade se depara, actualmente, com diferentes tipos de conflito. Tendo em linha de pensamento um processo negocial positivo, dever-se-á ter em consideração as abordagens cognitivas e motivacionais, pois as primeiras centralizam a sua atenção na capacidade cognitiva e seus enviesamentos e as segundas no domínio afectivo e social. Paralelamente, dever-se-á ter em linha de conta o papel do contexto social na forma como influencia a existência de um comportamento (des)adaptado.

Comportamentos desadaptados e suas implicações no desenvolvimento

Através da análise realizada sobre a deficiência mental e o comportamento (des)adaptado, surge, neste momento, a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo e seus enviesamentos, bem como os défices emocionais e sociais como factores determinantes nesta díade e, simultaneamente, verificar como estes influem na capacidade de negociação da criança com deficiência mental.

O desenvolvimento cognitivo e seus enviesamentos

No que concerne ao domínio cognitivo, constata-se que podem ocorrer erros no processamento de informação, os designados enviesamentos, conduzindo a julgamentos e percepções diferentes.

O termo enviesamento «faz referência a um erro sistemático ou, melhor ainda, a desvios padronizados ou ordenados do modelo» (Cunha, 2001: 172). Segundo Pruitt e Carnevale (1993, cit. Cunha, 2001), os enviesamentos interligam-se com o processamento da informação, implicando atenção limitada, uma restrita capacidade de armazenamento e recuperação da informação da memória e uma estreita capacidade de processamento da informação por parte dos intervenientes.

Apesar de, supostamente, os indivíduos tentarem agir de forma racional, tal situação nem sempre acontece. Assim, este desvio do comportamento racional relaciona-se com a capacidade da mente humana (Pinker, 1997, cit. Bazerman, 2000). Deste modo, a cognição humana sofre de uma certa variedade de erros previsíveis e são precisamente eles que dão conhecimento da forma como funciona a mente (Kahneman e Tversky, 1982, cit. Bazerman, 2000).

Nesta linha de pensamento, diferentes negociadores vêem o mesmo conflito de modos diferentes, frequentemente com visões antagónicas, devido à existência de esquemas desiguais. «Nesse sentido, Hammond e Grassia (1985) são de opinião que os indivíduos podem realizar diferentes juízos sobre uma mesma ocorrência porque baseiam em traços distintos do problema ou porque pesam de modo discrepante esses mesmos traços» (Cunha, 2001: 175). Deste modo, perante um determinado conflito, visões opostas dificultam o poder de negociação e acarretam resultados menos positivos para a própria pessoa.

Nesta linha de pensamento, a criança com deficiência mental, devido a carências cognitivas, apresenta um quadro muito semelhante ao supramencionado. Pois, facilmente se depara com julgamentos e percepções tendenciosos, não valorização das concessões do oponente, erros de percepção e de descodificação, incapacidade de procurar ou interpretar informações valiosas e dificuldades ao nível da tomada de decisões ou sua resolução.

Deste modo, rapidamente se constata que os enviesamentos representam um poderoso obstáculo a uma conduta racional e adequada por parte das pessoas com défice cognitivo.

O desenvolvimento pessoal e a inteligência emocional

Tendo em consideração o domínio afectivo, dir-se-á, igualmente, que as características individuais interferem nos resultados da negociação. Na verdade, segundo Bazerman (2000), apesar da importância da perspectiva cognitiva na negociação, a recente investigação inclui variáveis psicológicas e sociais vitais neste processo.

De acordo com o mesmo autor (2000), os factores pessoais que exercem influência sobre o processo negocial abrangem características individuais como motivos, atitudes, expectativas pessoais e sociais, relações sociais e outras disposições constantes que os actores trazem consigo para o processo de gestão do conflito. Tais factores moldam a personalidade do indivíduo e fazem com que ele perceba ou não o seu meio e actue de um modo singular e característico. Esses mesmos factores são fulcrais na determinação da natureza do processo de negociação, contribuindo ou não para a sua resolução.

Deste modo, a acção afectiva necessita de algo mais do que o pensamento racional, estando dependente do QE. Este, por sua vez, interliga-se com a inteligência emocional, sendo esta definida como a capacidade de apreender, compreender, expressar e usar emoções e a capacidade de lidar com essas mesmas emoções em si e nos outros (Salovey e Mayer, 1990, cit. Cherniss, 2002). Assim, a emoção é essencial no aparecimento do comportamento adequado. Tal como afirma Cherniss (2002) para se ser feliz na vida, é necessário que o QI não seja o único factor a ter em conta.

Nesta linha de pensamento, um importante factor a ter em consideração na negociação, enquanto processo de tomada de decisões, diz respeito ao desenvolvimento afectivo da pessoa, pois quanto maior for esse desenvolvimento, maior será a capacidade de actuação dessa pessoa face às exigências pessoais e ambientais. Sendo assim, aquele consiste no despertar, no desenvolver e no controlar das emoções, sendo estas experimentadas pelo organismo e tendo uma relação directa com os sentimentos pessoais.

Sendo assim, mediante uma educação afectiva, o indivíduo é levado a «explorar vários aspectos do mundo que o rodeia, o seu universo interior, os seus sentimentos, aptidões e conhecimentos: é convidado a definir-se em relação ao meio e a adaptar-se a ele» (Morissette, 1994: 18). Numa palavra, o desenvolvimento afectivo da pessoa torna-a num ser mais feliz e melhor adaptado à sociedade.

Tendo em linha de conta as pessoas com atraso mental, facilmente se apercebe que estas demonstram grandes dificuldades na elaboração de estratégias de conduta essenciais ao seu desenvolvimento pessoal e social, verificando-se a ocorrência de défices neste domínio. Por isso, é essencial proceder a uma intervenção adequada através da eliminação do comportamento desajustado e a aquisição ou transformação de certas características afectivas.

Deste modo, tal processo pressupõe, por exemplo, o reconhecimento e a afirmação do «eu», o desenvolvimento da capacidade de tolerância e adopção da perspectiva do outro, a capacidade de ser autónomo e o desenvolvimento da responsabilidade. Por isso, Lee (1973) e Evans (1965), citados por Morissette (1994) realçam a vida familiar na primeira infância bem como as experiências vividas como importantes influências para todas as fases da aprendizagem da pessoa, ao ponto de haver aprendizagens adequadas, feitas no meio, que são anuladas pela acção neutra ou negativa da família.

Assim, as atitudes e os interesses não são inatos, dependem do meio em que a criança vive e cresce, assim como o modo como é tratada. A forma como a família e a sociedade premeiam as atitudes que merecem aprovação social, é determinante no processo de aquisição das mesmas. Por outro lado, importa referir que as atitudes de uma pessoa e suas motivações se desenvolvem através de interacções adequadas com o meio, sobretudo o contexto social. Por isso, este tipo de interacção desempenha um papel importantíssimo, tanto na aquisição, como na transformação de certas atitudes, nomeadamente, aceitar o outro, adaptar-se, desenvolver-se e ser autónomo sem deixar de estar integrado.

Na verdade, preparar-se para a vida é, sobretudo, preparar-se para enfrentar acontecimentos que, muitas vezes, põem à prova mais os traços afectivos da personalidade do que os conhecimentos ou as aptidões físicas. Nesta perspectiva é essencial a aprendizagem e o ensino de elementos afectivos como a aceitação dos outros, a tolerância, a responsabilidade, a solidariedade (Morissette, 1994).

O desenvolvimento social e as competências sociais

Tal como foi anteriormente evidenciado, tendo em conta os comportamentos desadaptados, é vital ter em consideração o domínio social, pois, ele constitui-se como elemento fundamental na determinação desse tipo de comportamento.

Assim, tendo em mente o que tem vindo a ser mencionado, há uma interligação entre comportamento adaptativo, desenvolvimento social e competências sociais e deficiência mental. Pois, as competências sociais dizem respeito à capacidade da pessoa em responder às exigências sociais do contexto ecológico. Paralelamente, os

skills sociais reportam-se aos comportamentos específicos usados pela pessoa, de modo a actuar de forma competente e eficaz perante determinadas tarefas sociais (Gresham et al., 2001).

Por sua vez, Bazerman (2000), tendo em consideração as competências sociais na negociação, refere a existência de três variáveis neste processo: o indivíduo, a díade e a rede. No primeiro nível, os julgamentos e as preferências dos indivíduos são influenciados pelo contexto social. O segundo nível examina a forma como as relações sociais dentro da díade determinam o processo de negociação e os seus resultados. O terceiro diz respeito à influência das relações sociais nos outros negociadores. Quando se tem em consideração pessoas com atraso mental, constata-se que certas áreas do comportamento adaptativo ficam lesadas, nomeadamente as competências sociais. Tal facto deve-se, fundamentalmente, a défices cognitivos e a características pessoais, de ordem afectiva e social, conduzindo a dificuldades de compreensão do comportamento social, nomeadamente na descodificação de sinais e de certos comportamentos evidenciados por outras pessoas, o que, por sua vez, implicará a existência de comportamentos desajustados perante as exigências do meio envolvente.

Assim, poder-se-á dizer que a falta de aquisição e/ou execução de skills sociais podem conduzir a comportamentos desajustados motivados pela falta de conhecimento desse skill, pela incapacidade de discriminar qual o comportamento social adequado numa determinada situação ou mesmo a incapacidade de utilização do skill social adequado apesar da sua aquisição. Como défices neste domínio, poder-se-á mencionar, por um lado, ansiedade, afastamento social e, por outro, agressividade, disrupção e impulsividade.

Deste modo, é importante referir que é essencial proceder à eliminação de um possível comportamento desajustado e tal facto só foi possível graças à sucessiva evolução da investigação por parte da psicologia,

nomeadamente no que se refere ao processo de negociação. Este desenvolvimento permitiu a inclusão de novos factores que conduziram a um melhor conhecimento não só da deficiência mental como também da adequação comportamental.

Neste sentido, Bazerman (2000) reporta-se à importância da negociação como elemento fundamental na tomada de decisões e suas sucessivas abordagens. Assim, a perspectiva behaviorista da tomada de decisões tem vindo a ser enriquecida por uma atenção renovada aos factores sociais. Sendo assim, é estabelecida uma diminuição da importância da racionalidade devido ao impacto do estudo psicológico da negociação. Apesar de, inicialmente, se atribuir importância à perspectiva behaviorista, a nova perspectiva, segundo a concepção da psicologia social da negociação, enfatiza a forma como os negociadores definem o jogo.

Implicações educacionais

Após análise exaustiva sobre a problemática da deficiência mental, nomeadamente as suas componentes cognitiva, afectiva e social e suas implicações nos comportamentos (des)ajustados, surge o momento de proceder à observação de alguns desses comportamentos e principais dificuldades evidenciadas pela criança com deficiência mental e, após tais constatações, evidenciar o modo como diferentes intervenções educativas permitem a mudança desse mesmo comportamento.

Deste modo, a criança portadora de deficiência mental depara-se com uma série de problemas específicos na formação da sua personalidade que importa referir muito sumariamente.

Em primeiro lugar, a criança com deficiência tem dificuldade em estruturar as suas experiências devido a dificuldades no processamento de informação, condu-

zindo a diferentes significados tendo como termo de comparação os mesmos estabelecidos pelos seus pares. Por isso, a pessoa com atraso mental, no momento de «estruturar as experiências, está rodeado de uma série de conhecimentos ou imagens que formam o seu mundo, mas que são diferentes dos conhecimentos e imagens que compõem o mundo dos outros» (Pacheco, 1997: 219).

Outra dificuldade relativa ao desenvolvimento da criança com deficiência mental prende-se com o seu reconhecimento como pessoa. Assim, a criança deficiente mental não possui determinados meios para poder afirmar-se como pessoa, estando sujeita a não ser respeitada como tal. (Pacheco, 1997). Deste modo, as implicações, que advêm dos aspectos pessoais, têm repercussões não só a nível pessoal como também a nível social.

Assim, de acordo com Santos (2002), tendo em conta várias investigações, os principais comportamentos observados dizem respeito a dificuldades em termos da capacidade de atenção, concentração e memorização. Para além disso, têm fraca resistência à frustração, atraso no desenvolvimento da linguagem, défices afectivos, inadequação do seu reportório social e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Por sua vez, Quiroga (1989, cit. Pacheco, 1997) destaca, como mais significativas, as características físicas (falta de equilíbrio, dificuldades de locomoção, de coordenação e de manipulação), pessoais (ansiedade, falta de autocontrolo, tendência para evitar situações de fracasso, incapacidade na procura de situações com êxito, possível existência de perturbações da personalidade e fraco controlo interior) e sociais neste tipo de população.

Contudo, apesar do que se mencionou, dever-se-á ter em conta que a evolução global de uma criança com deficiência mental se processa segundo as mesmas etapas consideradas normais no desenvolvimento e evolução de qualquer outra pessoa, nomeadamente sensoriomotora, operações concretas e operações formais, apesar das dificuldades acrescidas.

Sendo assim, uma vez analisadas as características de maior destaque no desenvolvimento da criança com deficiência mental, é vital referir as diferentes etapas educativas, para que seja possível potencializar ao máximo o seu desenvolvimento e erradicar todo o tipo de problemas comportamentais. Tendo em conta estas etapas, é necessário salientar a educação em casa, a educação no jardim-de-infância e a educação na escola.

A educação em casa constitui o primeiro patamar da educação da criança, tratando-se do período basilar para o seu desenvolvimento. Sendo assim, o efeito educativo numa fase inicial pode determinar a forma como a criança se comporta. Por outro lado, os pais são as primeiras pessoas a exercerem essa acção educativa, daí que seja importante que «recebam o apoio e orientações necessárias sobre as possibilidades de desenvolvimento da criança, para que assim possam favorecê-las desde o princípio» (Pacheco, 1997: 220). Perante tal situação, a estimulação adquire extrema importância e, num segundo momento, é necessário proceder à intervenção precoce.

Tendo em conta a educação pré-escolar, a actuação pedagógica deve ser orientada num tipo de aprendizagem organizada. Segundo Speck (1978, cit. Pacheco, 1997), as tarefas fundamentais abrangidas pela educação pré-escolar reportam-se à estimulação e motivação para a aprendizagem e para actividades relacionais, à educação sensoriomotora e psicomotora, ao treino de autonomia e hábitos de higiene, à educação rítmica, à iniciação à comunicação social e à educação verbal elementar.

Por sua vez, a educação, no período escolar, deve potencializar o desenvolvimento global da criança, com o intuito de a preparar para enfrentar sozinha o mundo em que tem de viver (Pacheco, 1997). Segundo Reis (1999), a escola, e, mais concretamente, os serviços de educação especial devem ter em consideração diferentes tipos de resposta aquando da elaboração de um programa de intervenção para a criança com deficiência.

Paralelamente, a educação na escola deve promover a integração e a preparação para a vida activa das crianças e jovens com deficiência mental, de modo a proceder à preparação adequada do seu futuro de acordo com as suas características.

Neste sentido, o apoio assegurado deve estabelecer um plano de intervenção adequado, tendo em consideração o indivíduo enquanto «produto do desenvolvimento de processos físicos e mentais, cognitivos e afectivos, internos (constituídos na história anterior do sujeito) e externos (referentes às situações sociais de desenvolvimento em que o sujeito está envolvido)» (Oliveira, 2003: 19).

Assim, no momento de planificar qualquer intervenção educativa, dever-se-á pensar nessas dimensões e, consoante as potencialidades e/ou limitações existentes em cada indivíduo, estabelecer o programa mais adequado. Por outro lado, tendo em conta uma intervenção de tipo remediativo, importa determinar e analisar a razão pela qual a criança se comporta assim. Pois, verificar a função que cumpre um determinado comportamento é fundamental para planificar a intervenção. Segundo Verdugo (2001), os comportamentos desadequados não ocorrem sem razão, eles são a expressão de que a pessoa quer comunicar algo, e, para isso, põe em marcha a primeira estratégia que se torna eficaz.

Nesta linha de pensamento, após a identificação do problema, é essencial estabelecer os objectivos e as estratégias de ensino positivas para eliminar os problemas comportamentais, pois aqueles contribuem para o desenvolvimento de um relacionamento positivo entre o professor e o aluno e torna mais fácil a aquisição de formas de comunicação menos destrutivas. Na verdade, após constatação de que, por vezes, a manifestação de um comportamento desadequado é fruto da necessidade de comunicação, «o principal objectivo da maior parte dos planos de intervenção iria necessariamente se concentrar em ajudar a comunicar-se de maneiras igual-

mente eficientes e adaptativas e não destrutivas ou perigosas» (Stainbak e Stainback, 1999: 364).

Considerando um outro tipo de abordagem interventiva, poder-se-á referir o desenvolvimento adequado de atitudes. De acordo com Morissette (1994), as estratégias de intervenção passam pela imposição, aprendizagem mediatizada e aprendizagem por modelos.

Neste contexto, a escola deve levar a criança com deficiência mental a adquirir características afectivas, pois, é através da educação escolar que interesses se desenvolvem, motivações que crescem, mudanças internas afectivas que se operam. «Numa palavra, a escola contribui, pelo menos indirectamente, para o desenvolvimento de características afectivas que podem vir a tornar o aluno mais feliz e melhor adaptado à sociedade e podem levá-lo a uma vida profissional mais autónoma» (Morissette, 1994: 46).

Perspectivando um outro tipo de intervenção, dever-se-á referir o desenvolvimento de programas de competências sociais. Tal situação deve-se à introdução do conceito de comportamento adaptativo, como elemento preponderante face a exemplos de deficiência mental. Assim, «falar de competências sociais significou concretizar e sequencializar os conteúdos de treino ou educação, e concretizar e sequencializar também as técnicas de intervenção» (Verdugo, 2001: 36).

Sendo assim, tendo em conta a avaliação das competências de adaptação, é necessário proceder à observação de «todas as áreas dos indivíduos e não apenas o QI, de forma a ficar em consonância com a definição mais recente de deficiência mental» (Santos, 2002: 102).

Todas as crianças necessitam de ser ensinadas de forma activa e directa, de modo a poderem executar os valores sociais representativos de um determinado meio ecológico. Pois, ao saberem que um determinado comportamento social é apreciado e valorizado pela sociedade, irão ser capazes de o repetir e incentivar os seus pares a procederem de igual modo. De facto, a partir do

momento em que o skill comportamental se torna funcional para o aluno, aquele fará parte do seu repertório comportamental (Vincent, et al., 2002).

Perante tais afirmações, tendo em consideração uma criança com deficiência mental, todo este processo ganha maior sentido. Pois, a aprendizagem e execução de skills sociais apropriados, dar-lhe-á uma conduta social adequada, permitindo a sua integração de forma mais eficaz e produtiva no ambiente social envolvente. Assim, quando a criança com deficiência mental não é capaz de adquirir e/ou executar o skill de forma adequada, a intervenção deverá surgir nesse sentido. Esta terá como principal finalidade o ensino e o reforço de condutas sociais adequadas tendo em conta os défices da criança.

Em suma, perante o quadro teórico apresentado, surge a necessidade de lembrar que a intervenção educativa tem um papel fundamental no apoio à criança com deficiência mental. Pois, esta não se vê abraços apenas com dificuldades no seu funcionamento intelectual, mas fundamentalmente na sua inteligência social e prática, acarretando-lhe graves dificuldades pessoais e sociais, conduzindo, assim, à manifestação de comportamentos desadaptados perante as exigências ambientais.

Conclusão

O percurso estabelecido ao longo do presente artigo foi no sentido de aprofundar o conhecimento sobre as implicações das limitações no funcionamento da criança com deficiência mental e a sua relação com a adequação comportamental.

Com vista à consecução desta investigação, recorreu-se à literatura mais actual, procurando, simultaneamente, conferir um carácter pertinente ao presente estudo, a partir das modernas conceptualizações sobre a deficiência mental.

Deste modo, presentemente, o atraso mental define-se como uma incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo expresso nas capacidades conceptuais, práticas e sociais (AADM, 2002). Sendo assim, aquele não resulta unicamente de limitações no funcionamento intelectual, mas, fundamentalmente, de incapacidades ao nível do comportamento adaptativo, mormente no domínio da independência pessoal e da responsabilidade social.

Tal como foi mencionado, este facto conduziu a novas perspectivas e a mudanças de paradigma (Verdugo, 2001). Assim, perante a importância atribuída ao comportamento adaptativo, importou proceder a uma análise mais aprofundada sobre as suas componentes, para que se pudesse compreender melhor as suas implicações no comportamento adoptado pela criança, em contexto social.

Deste modo, investigou-se a implicação do desenvolvimento cognitivo, afectivo e social na manifestação de comportamentos (des)adaptados por parte da criança portadora de deficiência mental. As conclusões retiradas do presente estudo aludem para a influência das limitações existentes nesses domínios no desajustamento comportamental, pressupondo, assim, conflitos de vária ordem.

Neste sentido, foi premente referir que a manifestação de enviesamentos cognitivos surge a partir da ocorrência de obstáculos no processamento de informação, repercutindo-se em visões antagónicas e julgamentos erróneos. Relativamente aos domínios afectivo e social, verificou-se que as dificuldades na aquisição e/ou execução de um determinado skill, dificultam, por um lado, o reconhecimento da sua dimensão pessoal, enquanto ser com características próprias, e, por outro lado, a adopção de comportamentos socialmente aceites. Toda esta panóplia de elementos conduz a comportamentos desajustados, dificultando a sua capacidade de negociação em contexto ecológico.

Sendo assim, neste artigo persistiu um certo dualismo na medida em que a deficiência mental é apenas reconhecida, em contexto social, quando uma determinada criança, portadora desta patologia, exterioriza uma certa inadequação comportamental. Por isso, dever-se-á ter sempre em consideração a intrínseca ligação entre o atraso mental e o comportamento (des)adaptado, constatando-se uma certa dificuldade na verificação se um é causa ou efeito do outro.

Actualmente, é advogado o estudo das competências sócio-afectivas, com especial atenção para as crianças portadoras de deficiência mental, uma vez que a interação entre estas e o meio ecológico é essencial para a sua adequação comportamental. Na verdade, o «Homem é não só um organismo biológico, como também uma entidade sócio-cultural. O desenvolvimento humano é não apenas biologicamente pré-programado, mas também aberto ao meio sócio-cultural» (Gennep, 2003:192).

Como educadores, é imperioso acreditar na possibilidade de transformação de um comportamento desajustado através de uma educação que permita a realização pessoal e social da criança com deficiência mental. Face a esta panorâmica, toda a comunidade educativa deve conjugar esforços para promover uma certa capacidade de negociação e as competências sócio-afectivas necessárias. Na verdade, ela tem a responsabilidade de ajudar os seus alunos no seu processo de apropriação de comportamentos ajustados aos contextos nos quais se movimentam.

Assim, a intervenção deve visar dois momentos. Um ao nível da prevenção e o outro ao nível da remediação. No primeiro caso, tal situação será sinónimo de adequação do comportamento antes de se manifestar em comportamentos desadaptados. No segundo momento, procede-se à eliminação deste tipo de comportamentos através de uma abordagem cognitiva-comportamental. Partiu-se para este estudo com a convicção de que a partir do momento em que se conhece as limitações no fun-

cionamento da criança com deficiência mental e suas repercussões nos comportamentos adoptados, adoptar-se-á uma nova postura sobre esta problemática. Finaliza-se este artigo com a confiança de que a comunidade educativa e, em geral, a sociedade desempenham um papel basilar na promoção da adequação comportamental, por parte da criança com deficiência mental. Está nas suas mãos compreender melhor esta problemática para poder actuar de forma mais sistemática.

Contudo, é ainda necessário tecer algumas considerações finais. Neste sentido, importa exaltar a ideia de que a partir do momento em que a sociedade tomar consciência das implicações da deficiência mental no comportamento, adoptará uma postura diferente perante a criança com este tipo de atraso.

Assim, a mudança de mentalidades tem de ir no sentido de ver a criança com deficiência mental como uma igual entre os seus pares. Esta postura revolucionará atitudes, expectativas pessoais e sociais, mas fundamentalmente as relações sociais.

Em suma, não basta modificar as atitudes e os comportamentos evidenciados pelas pessoas com deficiência mental, mas essencialmente os mesmos verificados pelos restantes membros da sociedade.

Referências Bibliográficas

- BAZERMAN, Max H. et al. (2000). *Negotiation*. Annual Review of Psychology. N.º 51. 279- 314.
- CHERNISS, Cary (2002). *Emotional Intelligence and the good community*. American Journal of Community Psychology. Vol. 30. N.º 1. 1-11
- CUNHA, Pedro (2001). *Conflito e negociação*. Porto. ASA
- DUVDEVANY, Ilana (2002). *Self-concept and adaptive behaviour of people with intellectual disability in integrated and segregated recreation activities*. Journal of Intellectual Disability Research. Vol. 46. Part 5. 419-429.
- GENNEP, A. van (1996). *A evolução dos pontos de vista sobre a deficiência mental e os apoios a pessoas com deficiência mental*. In VIEIRA, Fernando e PEREIRA, Mário (org.) (2003) «Se houvera quem me ensinara...» A educação de pessoas com deficiência mental». Coimbra. Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª edição.
- GRESHAM, Frank M. et al. (2001). *Interpreting outcomes of social skills training for students with high – incidence disabilities*. Exceptional Children. Vol. 67. N.º 3. 221- 244.

- HATTON, Deborah D. et al. (2003). *Adaptive behavior in children with Fragile X syndrome*. American Journal on Mental Retardation. Vol. 108. Nº 6. 373 – 390
- MORISSETTE, Dominique (1994). *Como ensinar atitudes. Planificar, intervir, avaliar*. Porto. Asa.
- OLIVEIRA, Marta Kohl et al. (2003). *Vygotsky e as complexas relações entre cognição e afecto*. In ARANTES, Valéria Amorim (org.). *Afetividade na escola*. São Paulo. Summus Editorial.
- PACHECO, Domingo Bautista (1997). *A deficiência mental*. In BAUTISTA, Rafael (org.) (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa. Dinalivro.
- REIS, José A. (1999). *A deficiência mental: causas, características, intervenção*. Braga. APPACDM
- SANTOS, Sofia & MORATO, Pedro (2002). *Comportamento adaptativo*. Porto. Porto Editora. 1ª edição.
- STAINBACK, Susan & STAINBACK, William (1999). *Inclusão. Um guia para educadores*. Porto Alegre. Artmed Editora.
- VERDUGO, M. A. & BERMEJO, B. G. (2001). *Atraso Mental: Adaptação social e problemas de comportamento*. Amadora. McGraw-Hill.

Fontes electrónicas

- (<http://www.aamr.org>). *Definition of mental retardation* http://www.aamr.org/Policies/faq_mental_retardation.shtml (acedido em 01/05/2005).
- VICENT, Claudia, et al. (2002). *Developing Social Competence for All Students*. <http://www.ericec.org/digests/e626.html> (acedido em 01/07/2005).